

**Moção Sectorial da JSD Oeiras ao II Congresso Regional da JSD Lisboa**



# **ELEVAR A FASQUIA NA EDUCAÇÃO**

**Aprendizagem, Liberdade, Exigência e Qualidade**

**1º Subscritor - Alexandre Poço**

**Loures**

**19 Julho 2014**



### **Objectivo da Moção Sectorial**

*Com este documento, a Concelhia da JSD Oeiras vem propor um conjunto de princípios e guias orientadoras da ação e pensamento da Regional de Lisboa da Juventude Social Democrata na área do Ensino. O propósito é **Elevar a Fasquia**, partindo do pressuposto que o trabalho do atual Ministro da Educação, Nuno Crato, muito tem feito para transformar o sistema educativo num espaço onde a Aprendizagem é o centro de qualquer política e instrumento legislativo, devidamente coadjuvado por uma profunda crença nos benefícios de uma Educação mais livre, autónoma, exigente e de qualidade.*

### **Análise e Propostas**

A educação é um bem de interesse público mas que não tem de ser forçosamente prestado por escolas do Estado – este equívoco ou preconceito está muito arraigado na sociedade portuguesa e expresso na ação do atual Estado Social. Quando atua desta forma, o Estado nada mais faz do que violar liberdades fundamentais dos cidadãos, violações traduzidas tanto no lado da oferta, ao discriminar negativamente a iniciativa da sociedade civil no desenvolvimento de projetos educativos, como no lado da procura, ao limitar fortemente as opções dos pais relativamente às escolas para os seus filhos. Assim, penaliza-se simultaneamente a igualdade de oportunidades, a equidade social e a maximização do bem de cada cidadão. Acima de tudo, destrói-se a cultura de liberdade e de responsabilidade que caracteriza a verdadeira cidadania.

Defendemos que o atual modelo de Estado Social “prestador” deve evoluir para um Estado Social “de garantia” no que concerne à sua filosofia de intervenção no sistema educativo. Esta noção “Estado Garantia” tem no centro das suas preocupações a garantia de acesso a todos os jovens a uma rede de escolas, sejam públicas, privadas ou sociais, que prestem uma oferta de ensino cumprindo os padrões de exigência e qualidade que a sociedade considera obrigatórios, enquadradas num quadro de liberdade de escolha dos pais.

Temos de equacionar a possibilidade de o Ministério da Educação, na sequência da participação das autarquias na rede de ensino básico, lançar concursos públicos para que as autarquias que o desejem e, sobretudo, associações de várias autarquias, se candidatem a



verdadeiras “concessões de escola”, alargando gradualmente a sua responsabilidade, mediante os adequados critérios legais, a novos ciclos de ensino. Neste domínio, partimos de algumas premissas com as quais concordamos convictamente: a proximidade é, em geral, mais humanista, a descentralização, por regra, é mais eficiente. A organização e direção das escolas têm hoje um modelo estabilizado e a qualidade do ensino é um fator de concorrência saudável entre municípios.

Na mesma linha descentralizadora, é um aspeto decisivo reforçar a autonomia das escolas, dando-lhes maior poder de definição do seu projeto escolar, no respeito por certos parâmetros nacionais. É de referir que quando o atual Governo PSD iniciou funções, existiam apenas 22 contratos de autonomia celebrados com escolas públicas. Hoje, após 3 anos de governação PSD, esse número já mais que sextuplicou. E se há outro facto que nos alegra é o de sabermos que inúmeras escolas ou agrupamentos manifestaram interesse na celebração de novos contratos de autonomia. Donde, uma nova geração de contratos de autonomia, em si mesma criadora de mais diversidade e escolha dos projetos educativos, é uma opção positiva.

Uma outra opção a equacionar são as escolas independentes. Isto é, convidar, mediante concurso, a comunidade dos professores a organizar-se num projeto de escola específico, de propriedade e gestão dos próprios professores, mediante a contratualização com o Estado do serviço prestado e do uso das instalações. Essa oportunidade significa uma verdadeira devolução da escola aos seus professores e garante à sociedade poder escolher projetos de escola mais diferenciados.

Levanta-se a questão: *qual deve ser o posicionamento do Estado neste novo modelo?* O Ministério da Educação tem de deixar de ser o fornecedor monopolista da oferta de ensino, centralizador e burocrático a dirigir escolas, e concentrar-se na criação de um ambiente que favoreça uma oferta heterogénea e concorrencial de escolas públicas e privadas, descentralizando a gestão para as próprias escolas e conferindo-lhes a autonomia necessária para desenvolver o seu projeto educativo.



Competirá igualmente a função de desenvolver um modelo de financiamento transparente e conhecido por todos, que trate de igual forma todas as escolas que cumpram os requisitos definidos como obrigatórios, assegure a gratuidade a cada aluno para em igualdade de oportunidades e promova a sã concorrência entre escolas. Assim como, estabelecer um currículo nacional mínimo obrigatório em todas as escolas mas que seja suficientemente focado num *standard* de conhecimentos e competências que, por um lado responda às prioridades estratégicas para o desenvolvimento da sociedade e, por outro lado, não comprometa o espaço e a flexibilidade de cada escola para desenvolver um projeto educativo próprio adaptado às necessidades específicas dos seus alunos.

No caminho da exigência e qualidade, ao Estado cabe zelar com total independência pela qualidade e avaliação do ensino ministrado em cada escola, estabelecendo com exigência quais devem ser os objetivos a atingir pelos alunos em cada nível do seu percurso escolar, e assegurando a existência de informação relevante e comparável, suficientemente detalhada, sobre os conhecimentos, competências e resultados de cada aluno face aos objetivos definidos, sempre baseada em exames nacionais.

A discussão leva-nos ao papel avaliador: o Estado deve retirar consequências da sua avaliação do desempenho das escolas, com vista à melhoria contínua do desempenho global do sistema: as escolas que evidenciem dificuldades devem ser apoiadas na identificação dos problemas e na obtenção de soluções, as escolas que, apesar de apoiadas, não semostrem capazes de prestar um serviço de qualidade devem ser intervencionadas, enquanto as escolas com melhores resultados em termos absolutos e em termos de progressão devem ser premiadas e incentivadas.

Sabemos que no sistema português, a escolha da escola está fortemente restringida pelo critério da zona de residência. Só as famílias com maiores rendimentos conseguem aceder a outras opções, nomeadamente escolas privadas, mas suportando o custo acrescido das propinas, o que não é justo nem equitativo quer à luz do nosso sistema fiscal, quer porque impede a liberdade de escolha aos que não possuem os necessários recursos económicos. Este estado de coisas tem a desvantagem adicional de acentuar as assimetrias



socioeconómicas da população. A escolha da escola por parte dos pais promove a igualdade de oportunidades.

Também decorrente do reposicionamento do Estado no sistema educativo, surge a necessidade de oferecer liberdade a cada cidadão para escolher, de entre as várias opções gratuitas disponíveis no serviço público de educação, a escola pública ou privada com o projeto educativo que considera melhor e mais adequado para os seus filhos. Porque através da possibilidade de escolha aos pais se maximiza o bem de cada jovem ao agir sobre a desigualdade: garantindo a igualdade de oportunidades independentemente dos recursos económicos de cada família, combate-se a segregação que nasce na diferente capacidade económica das famílias traduzida desde logo ao nível do mercado habitacional e transportada para as escolas e ainda, contrariara-se e inverte-se a lógica da seleção dos alunos por parte das escolas, esta sim cristalizadora da desigualdade e catalisadora de assimetrias económico-sociais na população. Para tal, o Governo deve preparar a aplicação do chamado “cheque- ensino”, como instrumento de reforço da liberdade de escolha das famílias sobre a escola que querem para os seus filhos.

Na JSD Oeiras defendemos sempre esta mudança de paradigma, na medida em que ela permite uma escola exigente e de qualidade, que não pactua com facilidades e focada no ensinar e aprender bem, a contratualização do serviço público de educação que é o fundamento da livre escolha da escolar e por fim, que as famílias exerçam o seu papel fundamental enquanto primeiras e principais instituições educativas.

É também reforma prioritária na educação o desenvolvimento do ensino profissionalizante e da sua vertente dual, isto é, da associação entre escolas e empresas na formação técnica dos jovens. Devemos aumentar a percentagem de jovens em ofertas profissionalizantes, que permitam o acesso direto a uma profissão útil e necessária à sociedade, não deixando nunca de permitir o prosseguimento de estudos, seja para cursos superiores técnicos de curta duração, seja para os cursos universitários existentes.



Para terminar, uma juventude partidária como a JSD deve incentivar os jovens a envolverem-se em projetos e associações para o fortalecimento da Grande Sociedade que temos de construir para um futuro mais sustentável. Na Escola, os alunos devem ser impulsionados a criar projetos ou a aderir aos já existentes, pelo que, quer através dos nossos militantes-estudantes quer através das reuniões que temos com dirigentes estudantis, devemos passar esta mensagem. A defesa de um associativismo mais forte e mais integrado na comunidade resultará no bem-estar de todos, daqueles que fazem as associações, bem como da sociedade no seu geral.

Revalorizar o papel do associativismo é promover o exercício da democracia, constituindo assim um importante fator de construção da cidadania. Contribui para a consolidação e dinamização do tecido social e é um fator relevante de transformação e inovação social. Por fim, reveste-se de uma forte contribuição económica, através do investimento humano voluntário, estruturando o segmento específico da economia social.

Estamos certos que este modelo de Educação que pretendemos e defendemos resultará num país mais desenvolvido, competitivo, coeso e moderno. É preciso portanto *Elevar a Fasquia* nesta área tão cara à JSD!

<b>REORMA DO ENSINO EM PORTUGAL</b>	
<b>Novo Posicionamento do Estado</b>	Do Estado Prestador ao Estado Garantia
<b>Descentralização e Liberdade</b>	Reforço da autonomia e poderes das escolas e suas lideranças
<b><i>Standards</i> e Métrica</b>	Definição de padrões de qualidade exigentes com consequente avaliação
<b>Prestação de contas</b>	Transparência e controlo público de resultados
<b>Ensino Profissional Valorizado</b>	De último recurso a opção livre e com futuro
<b>CRIAR CONDIÇÕES PARA</b> ↓ Serviço público de educação com escolas públicas e privadas Emergência da Grande Sociedade a partir de um Associativismo Forte Ajustamento entre Escola-Sociedade-Mercado	